



**Relato da reunião ordinária do CD EPSJV
22 de outubro de 2020**

PAUTA

Migração dos sites institucionais para o Portal gov.br

A Direção informou que a Fiocruz vem sendo cobrada a cumprir o prazo previsto no Decreto 9.756, de 11 de abril de 2019, que prevê a migração dos sites institucionais para o Portal gov.br. O prazo se encerra no dia 31 de dezembro de 2020.

Cátia Guimarães (CCDE) fez um relato do que vem sendo discutido sobre a migração nas reuniões da Comissão de Implementação da Política de Comunicação da Fiocruz, desde quando o decreto foi publicado. Ela informou que a comissão criou um Grupo de Trabalho (GT) para fazer um levantamento sobre os sites vinculados à Fiocruz, os serviços da Fiocruz que já estavam inseridos na Carta de Serviços do Portal gov.br e mostrar que o conteúdo do site da Fiocruz se aproxima mais das universidades e que, por isso, deveria entrar na mesma excepcionalidade das universidades federais, que terão um prazo mais estendido para a migração.

Cátia explicou que o objetivo do governo com o portal único é concentrar todas as instituições do governo federal em um único espaço, que o governo pretende que seja o maior portal do mundo. Pelo decreto, após a migração dos sites para o Portal gov.br, os domínios anteriores serão extintos. A princípio, haveria apenas a migração do Portal Fiocruz, mas ainda não há definição de como fica a situação dos sites das unidades e outros sites da Fiocruz.

Em junho de 2020, o governo federal cobrou da Fiocruz um prazo para a migração e o assunto voltou a ser pauta das reuniões da Comissão, que tomou conhecimento que, em janeiro de 2020, a Fiocruz assinou com o Ministério da Economia o Plano de Transformação Digital, coordenado pela Cogetic, e que prevê, entre outras coisas, a migração do site da Fiocruz. Com a assinatura, a Fiocruz se compromete a cumprir o prazo.

Com esse novo fato, foram feitas diversas reuniões internas, na Fiocruz, e externas, com técnicos e secretários do Ministério da Economia, para discutir a questão da migração. Nessas reuniões, a Fiocruz foi novamente cobrada a cumprir o prazo e a apresentar um cronograma de migração. Os representantes do governo federal também disseram que, como previsto no decreto, a Fiocruz vai perder o domínio do site atual.

O governo federal já entregou aos técnicos da Fiocruz os manuais para a migração dos conteúdos, assim como manuais de boas práticas de publicação do Portal gov.br.

Desde o início desse processo, a Comissão vem solicitando que a vice-presidente de Educação da Fiocruz, Cristiani Machado, que coordena as reuniões da Comissão, pautasse o assunto no CD Fiocruz, mas ela disse que a Fiocruz passa por um momento

delicado, por causa do processo eleitoral para a Presidência da Fundação, e que não é um bom momento para enfrentar o governo federal.

A Direção disse que o assunto ainda não foi discutido no CD Fiocruz e que, agora, é um momento delicado para negociações com o governo federal para que a Fiocruz tenha uma excepcionalidade no decreto. Destacou que o prazo é curto e que o assunto deve ser discutido no CD Fiocruz o mais breve possível e que talvez seja bom pensar estratégias junto às universidades federais.

A chefe de gabinete perguntou se há alguma informação mais concreta sobre os sites das unidades e como é a situação das universidades federais em relação à migração.

A coordenadora do Laborat perguntou como ficam os conteúdos no site da EPSJV caso haja a migração dos sites das unidades. Perguntou se haverá perdas de conteúdo e se é necessário pensar estratégias para a preservação desse conteúdo.

Leonardo Maguela (SINF) disse que o que está no site da Escola atualmente continuará guardado no servidor da EPSJV, mesmo que haja a migração do site. O que vai acontecer é que este conteúdo não estará mais disponível para acesso externo, mas não será perdido.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou se a Presidência da Fiocruz justificou a assinatura do compromisso de migração para os membros da Comissão.

A Direção disse que a EPSJV pode levar o assunto para o CD Fiocruz, mas que isso pode não alterar o processo que já está em curso devido ao pouco tempo para o fim do prazo da migração.

Cátia disse que não tem conhecimento de até que ponto as unidades estão mobilizadas sobre o tema e lembrou que a Comissão não tem representantes de todas as unidades. Sobre os conteúdos que poderão ser veiculados no portal único, ela disse que o manual prevê autonomia para o cadastramento de conteúdos pelas instituições, mas existem modelos pré-definidos de sites nos quais a Fiocruz teria que se encaixar.

Cátia destacou que houve um debate político sobre o assunto na Comissão, mas que não houve articulação com a Presidência da Fiocruz sobre as consequências da migração para os processos de trabalho da Comunicação da Fiocruz. Ela disse que considerava importante a articulação das unidades com a Presidência, mesmo levando em conta o período delicado do processo eleitoral, e sugeriu que seja feita uma articulação entre os diretores de unidades para pautar o assunto no CD Fiocruz.

O coordenador do Lavsa também reforçou a importância do tema ser debatido no CD Fiocruz para se definir uma estratégia institucional.

A coordenadora do Laborat disse que é preciso pensar estratégias para evitar a perda do site da Fiocruz e que o CD EPSJV deve se posicionar sobre o tema. Disse ainda que acredita que, futuramente, os sites das unidades também poderão ser afetados.

A Direção disse que vai se reunir com outros diretores de unidades para discutir o assunto e articular que ele seja pautado no CD Fiocruz o mais breve possível.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que é importante deixar claro que o CD EPSJV considera fundamental que esse assunto seja discutido no CD Fiocruz.

Orçamento 2020/2021

Sheila Hansen (VDGDI) fez uma apresentação sobre a execução do orçamento da EPSJV até 30 de setembro de 2020. Para este ano, a demanda total da Escola foi de R\$ 18.429.611,41 milhões, mas devido à pandemia, não houve negociação posterior com a Cogeplan, como acontecia normalmente em anos anteriores, e o orçamento de 2020 seguiu conforme a execução de 2019, e desta forma não sofreu reajuste. Em 2019, o orçamento base da Escola foi de R\$ 13.682.590,95.

Por causa da suspensão das atividades presenciais e outras limitações devido à pandemia, alguns itens que estavam previstos no orçamento não puderam ser executados como diárias, passagens, eventos, serviços de alimentação, cursos e outras atividades presenciais. No orçamento de 2020, esses itens somam cerca de R\$ 1,8 milhão. Sheila observou que se esses itens tivessem sido realizados, a execução orçamentária da Escola teria sido ainda maior até o momento.

Ela apresentou ao CD a execução orçamentária de cada laboratório e setores da EPSJV e destacou que, em geral, a execução foi maior naqueles em que há mais trabalhadores terceirizados, devido ao pagamento dos salários. Mas, ela disse que, no geral, a execução foi bastante satisfatória e que se não fosse a pandemia, a escola teria seu nível de execução ainda maiores que nos anos anteriores.

Até 30 de setembro, a EPSJV executou R\$ 9,7 milhões do orçamento 2020 e a projeção até o final do ano é de uma execução de R\$ 13,7 milhões.

O vice-diretor de Gestão disse que, considerando que este ano não houve ajustes no orçamento da EPSJV, como acontece normalmente, a execução orçamentária está excelente, dentro da média realizada nos anos anteriores.

Ele disse ainda que houve mudanças nas regras para a contratação de estagiários, por parte do governo federal, com limitações orçamentárias. Ele disse que a Fiocruz ainda não definiu a questão dos estagiários e após conversa com a Cogepe e Cogeplan, orientou-se que todos os setores que tenham demandas de estagiários incluam o pedido no PA 2021.

O coordenador do Lavsa lembrou a situação do Curso Técnico de Vigilância em Saúde, que teve o contrato suspenso pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e disse que o laboratório está tentando construir um desenho para que essa formação aconteça em 2021 com outro financiamento. Ele relatou que apresentou à Presidência da Fiocruz o projeto "Redes educativas de Vigilância em Saúde: articulação de projetos educativos em territórios vulneráveis para a criação de agentes territorializados de Vigilância em Saúde" e que houve uma sinalização positiva da Coordenação de Vigilância da Fiocruz para a realização desse projeto por um ano, o que deve possibilitar a manutenção da força de trabalho que estava vinculada ao projeto financiado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Mas, ele destacou que, mesmo que o projeto seja financiado pela Coordenação de Vigilância, um dos trabalhadores - Gustavo Souza - não poderá ser incluído porque, por questões burocráticas, não pode ser contratado novamente pela Fiotec. Por isso, solicitou que fosse discutida outra possibilidade de contratação de Gustavo para que o Lavsa mantenha as atividades que vem realizando, inclusive a finalização do curso que era financiado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

O vice-diretor de Gestão disse que entendia a angústia do coordenador do Lavsa, mas que essa questão também atinge diversos laboratórios e setores da Escola que têm demandas de contratação de terceirizados e que não há, atualmente, recursos

orçamentários disponíveis para novas contratações, por isso, não é possível atender essa demanda no momento. Ele disse que a perspectiva é de cortes orçamentários para 2021 e que poderá impedir as perspectivas de qualquer ampliação nos contratos de terceirização.

Ele sugeriu que esse assunto volte a ser pautado no CD EPSJV para pensar em alternativas, mas ressaltou que não era possível ter uma solução imediata para a questão. Sugeriu também que houvesse uma reunião do Lavsa com a Direção para tratar do assunto.

A Direção lembrou que se reuniu recentemente com a Coordenação de Vigilância da Fiocruz e que está fazendo tudo que é possível, com o apoio da Presidência da Fundação, para manter a força de trabalho do Lavsa.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que é importante discutir a política de postos de trabalho na Escola, pois há diferença de quantidade de terceirizados entre os laboratórios e setores, além da questão da perda de servidores por causa de aposentadorias. Ela ressaltou que, como não há possibilidade de ampliar o orçamento da Escola, é preciso pensar, de forma coletiva, na redistribuição dos postos de terceirização dentro da EPSJV, de modo a tentar atender as demandas de todos os laboratórios e setores.

Processo Eleitoral para Coordenação do Lires

Martha Sharapin, presidente da Comissão Eleitoral do Lires, leu a ata relatando o processo eleitoral do laboratório para um mandato tampão de coordenação, no período de outubro de 2020 a agosto de 2021. Raphael Mendonça Guimarães foi eleito coordenador do laboratório, com 100% dos votos dos presentes ao colegiado.

A coordenadora do Lic-Provoc sugeriu que fosse discutida, em outro momento, a questão do tempo de mandato dos coordenadores de laboratório que, atualmente, é de dois anos, devido ao fato de, nem sempre, os coordenadores conseguirem chegar ao fim dos mandatos devido aos seus processos de trabalho.

O novo coordenador do Lires disse que o laboratório já tinha um acordo interno para a substituição da coordenação, assim que fosse possível, pois a coordenação anterior já estava em seu segundo mandato seguido.

O CD EPSJV homologou, por unanimidade, o resultado da eleição no Lires.

A Direção agradeceu ao trabalho dos coordenadores anteriores do Lires, Bianca Leandro e José Mauro, e deu boas-vindas ao novo coordenador do laboratório.

Processo Eleitoral para Presidência da Fiocruz

A Direção informou que o CD Fiocruz, homologou, no dia 14 de outubro, as quatro candidaturas apresentadas para as eleições da Presidência da Fiocruz – Nísia Trindade, Rivaldo Venâncio, Mário Moreira e Florio Polonini.

A votação da eleição vai acontecer nos dias 17 a 19 de novembro, de forma remota, e a apuração dos votos será realizada no dia 19 de novembro. No dia 23 de novembro, o CD Fiocruz se reunirá para homologar o resultado da eleição.

A Direção solicitou aos servidores que verifiquem se seus nomes constam na lista de eleitores e, caso não estejam, que entrem em contato com a comissão eleitoral para regularizar a situação.

Comissão Interna de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (CISTT)

A Direção informou que recebeu a indicação dos nomes de José Mauro (Lires) e Páulea Zaquini (Lic-Provoc) para compor a primeira CISTT da EPSJV, juntamente com os membros do GT que se disponibilizaram a formar a comissão até que seja possível fazer uma eleição para a CISTT.

A coordenadora do Labgestão e integrante do GT informou que, no dia 28 de outubro, será realizada uma reunião para planejar o curso de qualificação dos membros da CISTT.

Ela informou ainda que o GT convidou alguns trabalhadores da Escola para compor a primeira CISTT, tentando abranger todos os vínculos de trabalho, e também convidou especialistas externos, como Mônica Oliviar, da Coordenação de Saúde do Trabalhador do Nust/Fiocruz.

A composição final da primeira CISTT é: Raquel Moratori (Labgestão), Martha Sharapin (Lires), Monica Vieira (Lateps), Augusto César (Labform), Silvio Valle (Latec), Flávio Astolpho (Labman), Giovana Araújo (VDGDI), Márcia Lopes (Laborat), Mayrilan Rolim (SGP), Páulea Zaquini (Lic-Provoc), José Mauro (Lires), Suellen Araújo Souza (Labform) e Mônica Oliviar (CST/Nust).

A coordenadora do Labgestão informou que, nessa primeira CISTT, todos serão titulares e não haverá membros suplentes. A coordenação da Comissão será de Raquel Moratori e a coordenação adjunta será de Martha Sharapin.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a composição da CISTT da EPSJV.

Grupo de Trabalho – Movimentação de Trabalhadores

A Direção informou que foram indicados para compor o GT sobre a movimentação de trabalhadores da EPSJV os seguintes nomes: Sergio Oliveira (VDPDT), Mayrilan Rolim (SGP), Isabel Crespo (Latec), Daniel Souza (Labform) e Nina Soalheiro (Laborat).

A coordenadora do Labgestão e da CISTT disse que a comissão não vai indicar um membro para compor o GT porque entende que a CISTT precisa, primeiro, se qualificar para o seu trabalho e que também deve garantir e preservar sua independência como comissão. Mas, disse que a CISTT está disponível para debater com o GT e contribuir no que for possível.

Ela disse ainda que o Labgestão decidiu não indicar um nome para o GT por falta de disponibilidade de seus profissionais, que já estão envolvidos em muitas outras atividades da Escola.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que o laboratório não tem um trabalhador disponível para indicar neste momento, que já houve uma indicação para a CISTT, de Páulea Zaquini, mas que o Lic-Provoc está comprometido com a discussão do GT.

A Direção disse que o GT vai fazer um estudo sobre o panorama da questão na Fiocruz e, futuramente, mais trabalhadores podem ser incorporados ao grupo para definir os critérios da movimentação de trabalhadores da EPSJV.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a composição do GT e também sua ampliação eventual.

Andamento das ações do Plano de Retorno às atividades de ensino de forma presencial na EPSJV

A Direção informou que a Escola continua executando as ações previstas no Plano de Retorno e que, no dia 5 de novembro, seria realizada uma reunião geral da EPSJV para apresentação do andamento dessas ações.

Na última reunião da CT de Ensino da EPSJV, foram apresentadas e discutidas as experiências dos laboratórios e setores com o ensino remoto emergencial. A Direção ressaltou que algumas escolas, públicas e privadas, estão retornando às atividades presenciais e que é necessário que a Escola faça a discussão sobre esse retorno.

O substituto do vice-diretor de Ensino relatou as experiências apresentadas pelo Lavsa e pelo Laborat na CT de Ensino sobre o ensino remoto para o Curso Técnico de Agentes Comunitários de Saúde (CTACS) e o Curso Técnico de Vigilância em Saúde (CTVISAU).

No caso do CTACS, a equipe tem trabalhado o ambiente virtual também como um espaço de acolhimento dos alunos, para além da aprendizagem. O currículo do curso foi reorganizado, possibilitando uma maior integração curricular.

Em relação ao CTVISAU, tem havido dificuldade para o planejamento das atividades devido à carga horária de trabalho dos alunos, que precisam da liberação de suas chefias para participar das aulas.

Nos dois cursos, os relatos são que os alunos gostaram de ter contato novamente com os professores e colegas de turma, mesmo que de forma virtual, e que muitos estudantes têm dificuldades com o acesso à internet, o que dificulta a participação nas aulas.

O coordenador do Labform disse que a discussão sobre o retorno das atividades presenciais, assim como a abertura da Escola para alguns alunos neste momento, é difícil e sensível porque envolve muitos medos e incertezas, mas que é importante que ela seja feita no CD EPSJV e em outros espaços da Escola. Ele disse que é difícil se posicionar diante de um cenário tão complicado, mas que demandas específicas de alguns alunos que estão passando por situações mais críticas, ajudam a tomar algumas decisões.

A coordenadora do Lic-Provoc lembrou que, quando o CD EPSJV aprovou o Plano de Retorno das Atividades de Ensino, ficou definido que a discussão sobre as atividades de ensino remotas seriam realizadas nos fóruns competentes da Escola para se construir uma proposta formal. Ela disse que é fundamental que haja a sistematização dessa proposta, tendo em vista também que o Conselho Nacional de Educação (CNE) autorizou as instituições de ensino a funcionarem de modo remoto até 2021, e que o CD EPSJV respalde essa proposta.

Disse ainda que é necessário haver um alinhamento das ações da Escola com a VPEIC, que definiu que não haverá atividades presenciais de ensino na Fiocruz até dezembro de 2020.

A coordenadora do Laborat relatou que a discussão sobre a reabertura da Escola para alguns alunos foi muito polêmica no laboratório, que houve diversos posicionamentos diferentes e que não foi possível chegar a uma decisão final. Ela disse que a Escola pode ser um espaço de convivência importante para os estudantes que estão enfrentando dificuldades com a pandemia, mas que também

há muita preocupação com os trabalhadores que terão que retornar à Escola para acolher esses alunos. Outra questão levantada pelo Laborat é se a volta de algumas atividades na EPSJV não poderia fragilizar outras escolas públicas, que não têm as mesmas condições de segurança sanitária para a reabertura. Ela entende que a EPSJV deve se posicionar contrária à reabertura das escolas para ajudar a fortalecer outras instituições públicas de ensino.

A coordenadora do Lateps disse que considera que a questão precisa ser pensada em dois aspectos: por um lado, há a demanda de alguns alunos pelo uso do espaço da escola, que precisa ser vista com sensibilidade pela instituição para pensar uma logística possível para o atendimento dessa demanda; e, por outro lado, há a questão do funcionamento mais amplo da Escola, levando em consideração as complexidades do ponto de vista epidemiológico e da necessidade de buscar soluções para a juventude, considerando, inclusive as desigualdades sociais que ficaram ainda mais evidentes entre os estudantes de escolas públicas e privadas.

Ela destacou ainda o fato de a EPSJV ser uma unidade da Fiocruz e uma referência em educação e que é preciso discutir qual será a posição que será usada como referência neste momento – o ensino remoto, o retorno presencial ou o aprofundamento do debate sobre essas questões.

A coordenadora ressaltou ainda que é importante lembrar que não há risco zero e que a imunidade que será possibilitada pela vacina ainda demora a acontecer.

Diante das complexidades da discussão, o Lateps sugere que esse debate seja ampliado na Escola, entre todos os trabalhadores e não apenas em algumas instâncias, para a construção de acordos coletivos. As sugestões são para que seja realizada uma reunião do CD EPSJV aberta e ampliada e que seja discutida na Escola a questão do ensino híbrido.

A coordenadora do Labgestão disse que essa discussão é muito difícil, porque envolve o sofrimento de alguns alunos, mas que o laboratório considera que ainda não é o momento de decidir sobre o retorno ou não das atividades presenciais, sem que haja uma ampliação do debate entre todos os trabalhadores da Escola. Ela disse que é importante definir os critérios sobre quem serão os profissionais que terão que ir à Escola para atender aos alunos, assim como deve ser pactuado coletivamente quem já está indo à Escola, pois ela disse que já há relatos de incômodos entre os trabalhadores sobre o fato de alguns precisarem ir à Escola presencialmente, enquanto outros continuam em trabalho remoto.

Disse ainda que a reabertura da EPSJV, que tem melhores condições estruturais, pode significar em recado político para outras escolas públicas, que não possuem as mesmas condições, de que elas também devem reabrir.

A coordenadora do Latec disse que o laboratório tem as mesmas preocupações já apresentadas pelos coordenadores anteriores e disse que a situação da pandemia no Brasil ainda não se alterou de forma significativa para justificar o retorno presencial neste momento. Disse ainda que a reabertura da EPSJV pode demonstrar que a Escola está dando aval para que outras escolas públicas reabram também e que é preciso pensar em quem serão os profissionais que terão que voltar ao trabalho presencial para receber os alunos.

Ela considera que as questões específicas que estão acontecendo com alguns alunos devem ser tratadas como excepcionalidade e não como um processo institucional da Escola, formalizando o recebimento de alunos na unidade.

A coordenadora do Latec lembrou que a Fiocruz continua recomendando o isolamento social e que seria estranho a EPSJV fazer o contrário disso. Ela disse que o Latec é contra alguma forma de retorno presencial formal neste momento, mas é favorável ao recebimento excepcional de alguns alunos, mas que o assunto precisa ser discutido mais amplamente entre todos os trabalhadores.

A Direção disse que já há trabalhadores indo à Escola para exercer suas atividades, portanto, já há uma diferenciação entre aqueles podem fazer o trabalho apenas remoto e os que precisam ir à EPSJV por causa de seus processos de trabalho. Lembrou que isso não tem relação com o vínculo de trabalho do profissional, mas com o tipo de atividade exercida.

Disse ainda que é preciso considerar o ônus e o bônus de ser uma escola de referência e que a EPSJV tem condições muito diferenciadas em relação a outras escolas públicas, portanto, também tem condições de conduzir o processo de retorno de forma diferente.

A Direção disse que a continuidade do fechamento das escolas públicas tem consequências para a saúde mental dos estudantes e também para a ampliação das desigualdades sociais, considerando que as escolas privadas já estão retornando às atividades e a maior parte das públicas ainda não retornou.

Destacou ainda que a Cogetes e a CT de Ensino estão em debate permanente sobre o tema e que é possível ter estratégias diferentes entre os diversos cursos oferecidos pela EPSJV. Disse também que, do ponto de vista epidemiológico, houve uma estabilização no número de novos casos, mesmo que em um patamar ainda alto, e que as escolas são serviços essenciais, portanto, é preciso criar estratégias para o retorno, pois seria inviável ficar mais um ano sem aulas presenciais e as estratégias pedagógicas remotas não conseguem atender a todos os estudantes.

A Direção disse que os casos excepcionais não devem ser tratados apenas como exceção, pois a educação é um direito de todos e as escolas não podem ficar fechadas até que todos possam ser vacinados.

A Direção se comprometeu a ampliar esse debate na Escola e lembrou que muitos trabalhadores da Fiocruz permaneceram em atividades presenciais durante toda a pandemia e que, atualmente, muitos outros também já retornaram às atividades presenciais, com todas as medidas de biossegurança necessárias.

A coordenadora do Lic-Provoc reiterou a solicitação para que seja apresentado formalmente ao CD EPSJV um plano emergencial das atividades de ensino remotas para que o Conselho discuta sobre o assunto.

A Direção disse que as coordenações dos cursos já estão apresentando suas experiências com o ensino remoto na CT de Ensino e na Cogetes.

Processo de aposentadoria do servidor Marco Aurélio Soares Jorge

A Direção relatou que o servidor Marco Aurélio Soares Jorge (Laborat) iniciou o processo de sua aposentadoria, mas foi informado pela Cogepe que é necessário que sua carga horária esteja de acordo com aquelas definidas em seus dois vínculos com a Fiocruz, ou seja, carga horária de 60 horas semanais.

Assim, para que o processo de aposentadoria esteja de acordo com o preconizado em lei, e para que se demonstre o cumprimento de sua carga horária de maneira

integral, o servidor solicitou cumprir parte de sua carga horária (20 horas semanais) no Instituto Fernandes Figueira (IFF), atuando na área de psiquiatria.

A coordenadora do Laborat explicou que, ao analisar o processo de aposentadoria de Marco Aurélio, a Cogepe constatou que ele assina apenas uma folha de ponto por mês, com carga horária de 40 horas semanais, mas tem dois vínculos com a Fiocruz, que totalizam 60 horas semanais, o que é permitido no caso de médicos e docentes. O fato é que Marco Aurélio nunca recebeu duas folhas de ponto mensais.

Agora, para que o servidor possa se aposentar futuramente, é necessário que ele comprove o cumprimento da carga horária de 60 horas semanais e, como não é possível fazer isso na EPSJV, a proposta é que ele cumpra 40 horas na Escola e 20 horas no IFF. O colegiado do Laborat já aprovou essa proposta.

O vice-diretor de Gestão disse que o erro é formal, e foi cometido quando o servidor Marco Aurélio ingressou na EPSJV. No entanto, o que pode ser feito a partir de agora é a demonstração de maneira clara do cumprimento da carga horária efetiva, para que o servidor possa ter sua situação regularizada, e possa no futuro solicitar sua aposentadoria.

O coordenador do Labform perguntou por quanto tempo o servidor terá que cumprir a carga horária para que tenha direito à aposentadoria.

A Direção informou que tais informações só poderão ser dadas pela Cogepe, que é o órgão que emite qualquer tipo de parecer nesse sentido.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a divisão de carga horária do servidor entre a EPSJV e o IFF.

Projeto "Saber Protege: saúde e prevenção de epidemia e infecções sexualmente transmissíveis - IST/HIV no campo"

A Direção informou que a EPSJV recebeu recursos de uma emenda parlamentar para um trabalho junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para a realização de um curso voltado para o coletivo LGBTQI sobre a questão das Infecções Sexualmente Transmissíveis e direito à saúde. Como tem relação com a temática do Laborat, o laboratório se disponibilizou para assumir a coordenação do curso.

Marco Aurélio (Laborat), que vai coordenar o projeto, fez uma apresentação sobre o projeto, que tem como objetivo capacitar os integrantes do MST como educadores populares de saúde para que multipliquem os conhecimentos em seus territórios. Para isso, serão elaborados materiais educativos e informativos, além da realização do curso de formação de educadores populares de saúde. Também será realizado um diagnóstico sobre o perfil da população LGBTQI nos assentamentos do MST.

A Direção informou que o coletivo LGBTQI do MST foi formado em 2015 e que tem sido um desafio para o Movimento a inclusão dessas pessoas, que hoje já somam cerca de 300 integrantes, em diversos territórios.

O CD EPSJV aprovou o projeto por unanimidade.

INFORMES

Emendas parlamentares

A Direção informou que encaminhou para a Presidência da Fiocruz os quatro projetos prioritários da EPSJV para a articulação de recursos de emendas parlamentares para 2021. Disse ainda que, na semana anterior, havia acontecido uma plenária promovida pelo deputado Glauber Braga para que a Fiocruz apresentasse seus projetos para emendas parlamentares. A EPSJV e diversas unidades da Fiocruz participaram, mas movimentos sociais que já fazem trabalhos com a Fiocruz acabaram ficando com as emendas parlamentares. No momento da reunião, o deputado dobrou o valor destinado às emendas e, dessa forma, houve reunião interna à Fiocruz para que fossem enviadas suas emendas.

Também houve uma reunião com o deputado federal Marcelo Freixo para a apresentação de projetos, mas ainda não há definição sobre quais deles serão contemplados pelo deputado. Para essas reuniões, a Direção reuniu as quatro propostas prioritárias em um único projeto de saúde e educação.

As unidades da Fiocruz também enviaram o portfólio de seus projetos para diversos deputados indicados pela Fundação e, assim que houver retorno, a Direção irá informar ao CD EPSJV.

Processo seletivo de estagiários

O representante da VDEI informou que houve mudanças no quantitativo de estagiários da Fiocruz, devido a uma Instrução Normativa (IN) publicada em dezembro de 2019. A IN determina que o número de estagiários nas instituições públicas deve ser de até 8% da força de trabalho da instituição e também estabelece novas modalidades de estágio com bolsas de nível superior e de pós-graduação.

Com isso, a quantidade de vagas para estagiários de cada unidade da Fiocruz será rediscutida em 2021, portanto, ainda não há definição sobre qual a quantidade de vagas disponível para cada unidade.

Pesquisa de egressos

A VPEIC realizará uma pesquisa de egressos de todos os cursos da Fiocruz e está solicitando os e-mails de ex-alunos das unidades. O representante da VDEI solicitou aos coordenadores de cursos da EPSJV que façam um esforço para obter os e-mails dos alunos formados entre 2013 e 2020, para que haja uma grande adesão à pesquisa.

Calendário Escolar e remarcação de férias

O representante da VDEI informou que o recesso escolar será entre 19 de dezembro de 2020 e 17 de janeiro de 2021, portanto, esse seria o melhor período para que os professores que são servidores tirem férias.

A coordenadora do Labgestão disse que havia uma orientação anterior da Direção para que os professores servidores tirassem férias a partir do final de dezembro e que quatro servidores do laboratório, que irão tirar férias de 30 dias, não poderiam voltar no dia 18 de janeiro, quando o ano letivo será retomado. Ela disse que essa situação deve se repetir em outros laboratórios e perguntou à Direção o que poderia ser feito nesses casos. Solicitou ainda que fosse feito um levantamento de

todos os professores que estão nessa situação na Escola, antes de definir o calendário letivo de 2021.

O vice-diretor de Gestão disse que a Escola vai fazer o levantamento, mas explicou que não é possível remarcar as férias nesse caso, pois não há mais prazo legal para isso, e que essa situação só atinge aqueles que irão tirar 30 dias de férias, o que não é o caso de todos os professores. Ele sugeriu que sejam feitos ajustes na programação de aulas para que aqueles que estarão de férias só deem aulas após o retorno ao trabalho.

O representante do Lateps disse que é importante evitar a informalidade nas férias e lembrou que havia um instrumento legal que permitia, em casos excepcionais, como é o caso da pandemia atual, que o poder público interrompesse as férias de servidores, possibilitando que elas fossem tiradas em outro momento de forma legal. Ele disse que não tem conhecimento se esse instrumento ainda existe, mas sugeriu que a Cogepe fosse consultada sobre a questão.

O coordenador do Labform disse que houve um esforço da Cogetes para garantir os 30 dias de férias dos professores quando definiu um recesso escolar de 30 dias, que inclui o período de festas de final de ano. Ele lembrou que é uma situação de excepcionalidade e que talvez seja necessário que as férias se sobreponham ao período de recesso do final do ano.

A Direção disse que vai buscar os encaminhamentos possíveis, mas reforçou o posicionamento do coordenador do Labform de que o momento atual é de diversas excepcionalidades e que as férias também podem ser incluídas nisso.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Lúcia (Lic-Provoc)
Ana Reis (Lires)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Dantas (Labform)
André Malhão (Lateps)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Cátia Guimarães (CCDE) - convidada
Etelcia Molinaro (Latec)
Helifrancis Condé (CCI)
José Orbílio (VDGDI)
Leonardo Maguela (SINF) - convidado
Luiz Maurício (VDEI)
Marise Ramos (Lateps)
Martha Sharapin (Lires) – convidada
Raphael Mendonça (Lires)
Raquel Moratori (Labgestão)
Sheila Hansen (VDGDI) – convidada